

## AMERICANISMO E FORDISMO COMO ESSÊNCIA DE UMA UNIDADE DE PENSAMENTO - ADESÃO COLETIVA, CONSENTIMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA

Álcio Crisóstomo Magalhães  
Universidade Federal de Goiás-FE  
PPG – Mestrado  
Comunicação  
Educação trabalho e movimentos sociais

O modo de produção capitalista institui um mecanismo inédito e eficaz de promoção da unidade. Uma racionalidade que parte da esfera fabril e invade todas os níveis da relação entre os sujeitos. Seja no universo das relações públicas ou privadas, seja no universo das ações individuais ou coletivas, o indivíduo adere a uma cultura política hegemônica. A adesão pela força transforma-se em controle pelo convencimento. Os indivíduos tornam-se *livres* para agir dentro de um padrão. Mas como o processo de efetivação dessa lógica ganha o sentido de educação/socialização? De que forma as particularidades da matriz produtiva norte-americana atravessam a esfera da produção e passam a condicionar, inclusive, a esfera da intimidade, da vida privada? Como o fenômeno do americanismo fordismo materializa-se nas instituições responsáveis pela reprodução da ideologia burguesa?

Palavras-chave: Modernidade; americanismo; hegemonia

No final do Século XIX, período de organização da lógica instituída após o processo revolucionário burguês, o ciclo produtivo desenvolvido torna-se cada vez mais complexo. Ganha novas dimensões à medida que as possibilidades de reprodução do capital vão se esgotando. No início do século XX, o desenvolvimento de novas formas de expansão, ou a produção de novos ciclos de reprodução do capital apresenta-se, como mecanismo necessário a reoxigenação e controle das crises estruturais do sistema capitalista, que começa a revelar seus primeiros momentos de exaustão. De acordo com Harvey, por exemplo:

A forma corporativa de organização de negócios, por exemplo, tinha sido aperfeiçoada pelas estradas de ferro ao longo do século XIX e já tinha chegado, em particular depois da onda de fusões e de formação de trustes e cartéis no final do século XX, a muitos setores industriais (um terço dos ativos manufatureiros americanos passaram por fusões somente entre os anos de 1808 e 1902). (HARVEY, 1993, P. 121)

Se por um lado, a promessa moderna de emancipação do indivíduo não permitia o retorno ao controle pelo par força/violência, por outro, a unidade produzida pela instituição do Estado social como regulador da relação entre política e mercado, já dava sinais de exaustão. Então a construção de um novo mecanismo de coesão faz-se necessário para a produção de um novo cimento aglutinador da sociedade. Nos anos 1914, não por acaso, duas dessas estratégias cíclicas tomam a cena histórica e desempenham um papel fundamental na produção da hegemonia capitalista, ou seja, dão uma nova direção cultural

e moral ao projeto burguês. A estagnação econômica e o retorno do risco eminente de outra revolução, desta vez uma revolução socialista, apresentam o fordismo e as duas grandes Guerras Mundiais como reações do capital ao surto de estagnação produtiva mundial. A duas estratégias combinadas possibilitam a transformação da consciência individual, instituída pela modernidade, em consciência atuante. Uma consciência que se materializa em forma de vontade coletiva ou política com força suficiente para produzir uma verdadeira reforma intelectual e moral da sociedade. De acordo com Gramsci (1991, P. 7) “(...) a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”. Parafrazeando Hobsbawm, a racionalização do processo produtivo e os investimentos na indústria bélica e na reconstrução pós-guerra revelam-se as grandes marcas do século XX. Inauguram, portanto, uma nova história para a humanidade, a história que se caracteriza pela necessidade de um grande contingente de mão-de-obra a serviço da produção, principalmente na indústria bélica, pela reorganização da produção, que passa a ser orientada pelo princípio da larga escala e, em especial, pela minúcia do aparato científico-tecnológico, exigido pela engenharia mecânica, a serviço da guerra. Conforme Mészáros,

O instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima apresentou-se ao capital na figura do complexo militar-industrial, após uma série de tentativas fracassadas em lidar com problemas e superprodução de modo menos perdulário a partir da crise econômica de mundial de 1929 /33. (MESZAROS, 2002, P. 685)

A era da guerra total, como ciclo de retro-alimentação do capital implementa, além da ascensão dos Estados Unidos à condição de potência mundial, uma nova racionalidade ou uma nova concepção de indivíduo burguês. O moderno indivíduo, que fizera a opção pela recusa à coesão pela coerção irracional ou bárbara, ainda resiste, mas a partir do século XX a coesão coercitiva e até a possibilidade da destruição em massa tornam-se aceitáveis, em uma eventual *situação de risco aos interesses da humanidade*. Hobsbawm (1995, P. 58) evidencia de forma clara como se dá essa passagem: “O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa tornaram experiências do dia-a-dia que não mais notamos”. A idéia de barbárie é resignificada e torna-se, diante dos mais violentos ataques à condição humana, um conceito que ressoa de forma vaga, e até mesmo sem sentido. A partir de sua aceitação como evento da nova racionalidade burguesa, a matança indiscriminada de seres humanos passa a ser reinterpretada. Vidas inocentes são dizimadas e alegação de que tratasse de uma ofensiva contra *alvos rebeldes, poderes maléficos* e, mais recentemente, grupos *terroristas* justifica as ações homicidas financiadas pelo capital. A matança e a expulsão de milhares de pessoas de suas pátrias passam a ressoar como fatos normais, eventos naturais do cotidiano, eventos com valor somente enquanto variáveis estatísticas.

Além da promoção do senso de crueldade, a guerra produz a impessoalização, fundamental à nova racionalidade produtiva, que começara a ser instituída como reação à primeira crise do liberalismo econômico burguês do final do século XIX. A produção científica do final dos anos 1800 e o taylorismo, como síntese desse pensamento, que se apresenta nos inícios dos anos 1900, como resposta a essa nova demanda do capitalismo, representa o grande desafio teórico do século que despontava. O mais novo traço na busca do redimensionamento da unidade do projeto burguês, que mais uma vez via-se em xeque

diante da Grande Depressão do mundo capitalista e da novidade da promessa socialista propagandeada pelos Planos Quinquenais soviéticos. Diante de um quadro de desemprego em massa, redução de demanda, desvalorização dos salários e especulação financeira, no mundo capitalista e do retorno do fantasma da revolução burguesa, o risco de uma implosão política e econômica, novamente colocavam sob desconfiança a coesão instituída pela lógica burguesa de reprodução do capital. A síntese de Hobsbawm (1995, P. 130) capta bem o sentimento do momento histórico: “Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes não sabendo mais a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social”. Não por acaso o decorrer dos anos 1900 caracteriza-se pela produção de reformas como tentativa de estruturação e disseminação de uma nova racionalidade do capital. Harvey, ao analisar o sentido do fordismo, produz uma síntese desse contexto:

O problema, tal como o via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. (HARVEI, 1993, P. 124)

Portanto, o controle efetivado na esfera do trabalho produtivo deveria ser estendido a todas as instâncias do universo privado do indivíduo (casa, escola, associações, igreja, lazer e bens culturais). A crise de reprodução do sistema implicava na emergência da necessidade de se constituir em escala global uma cultura política capaz de instituir em todos os níveis das relações dos indivíduos entre si e destes com a natureza, a racionalidade instituída pelo fordismo, qual seja, um trabalhador disciplinado e dotado de tempo e renda suficientes para satisfazer suas necessidades de consumo. Um indivíduo, conforme Gramsci (1971, P. 391), condicionado a “(...) um processo de adaptação psicofísico para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc, que não é inato, “natural”, mas requer uma assimilação (...)”. Um novo trabalhador possuidor de probidade moral, vida familiar, capacidade de consumo prudente, sem vícios, e o que é mais importante convencido de que sua individualidade não pode se sobrepor à vontade coletiva.

Uma vez instituído, pela modernidade, o Estado como o grande mediador das relações sociais, o ente responsável pela assistência ao indivíduo, uma revisão de seus princípios básicos seria necessária como forma de dinamizar essa nova racionalidade. Torna-se imprescindível, então, parafraseando Gramsci, que o Estado faça valer sua missão educativa, cujo fim, não pode ser outro se não, criar um novo e mais elevado tipo de “civilização” e moralidade para as massas populares. A massa de trabalhadores precisava adequar-se às exigências de desenvolvimento continuado do sistema produtivo, de modo a se constituir também fisicamente em tipos novos para um renovado projeto de humanidade. Conforme revela Gramsci, (1971, P. 399) “(...) o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação”. Assim, de acordo com Harvey (1993, p. 125), “(...) o Fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas”. O fordismo torna-se a síntese dessa nova relação capital/estado e como

consequência, conforme Harvey (1993, P. 125): “Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa preservada (...)”

(...) o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática (GRAMSCI, 1971, P. 375 e 376 )

As contradições apresentadas pelo sistema produtivo geram forças antagônicas de resistência e a busca de uma nova forma de se produzir a vida material. O americanismo e o fordismo representam marcos de uma reestruturação do sistema produtivo que se implementam pelo mundo como forma de vencer as resistências e instituir uma nova lógica de reprodução da vida, nas suas mais diversas esferas. É mais que um projeto de equacionamento da produção. É a operacionalização de um modo de pensar, agir e viver, ou seja, é a instituição de uma hegemonia. Conforme Gramsci (1971, 381 e 382), “A hegemonia vem da fábrica, e para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”.

A sistematização dos princípios do taylorismo por Henry Ford proporcionou uma verdadeira transformação do modelo produtivo da indústria dos Estados Unidos. O sucesso de produção e o acúmulo de riquezas, motivados pela implementação dessa lógica atraiu o interesse de toda a Europa, que logo estaria totalmente submetida a essa racionalidade. Assim, conforme Gramsci (1991, P. 51) “Uma ideologia nascida num país desenvolvido difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações”. O sucesso do novo fator de coesão é tão grande que logo atravessaria os limites da fábrica e se estenderia ao setor de serviços, a novidade do modo de produção capitalista, desenvolvida como estratégia de contenção dos ciclos de exaustão. De acordo com Harvey:

A administração científica de todas as facetas produtivas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégia de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática. (HARVEY, 1993, P.129)

Dentro de muito breve toda a concepção de mundo produzida na esteira do desenvolvimento dessa racionalidade que se caracteriza por princípios de funcionalidade e eficiência estaria sujeita a essa lógica, seja em forma de uma crítica negadora, seja em forma de uma crítica idealista. A partir da segunda metade dos anos 1900, a força dessa inculcação é tão forte que autores como Hobsbawm chegam a falar em uma espécie de *revolução cultural*.

Aliada à nova concepção de reprodução das condições materiais de existência, o grande desenvolvimento tecnológico promovido principalmente para atender as demandas da indústria bélica (rádio e televisão), a expansão do consumo e a produção em larga escala de obras de arte com fins comerciais, passa a orientar uma nova forma de produção, difusão dos bens culturais. De acordo com Hobsbawm, enquanto os grandes movimentos artísticos culturais antecipam a crise que levaria às grandes guerras, os meios de comunicação de massa nascentes são orientados a difundir mensagens com forte poder de inculcação da nova racionalidade. A idéia de consumo estendida a toda forma de produção artística torna-

se um mecanismo na reprodução da reformada dinâmica do capital e na manutenção de sua unidade. A indústria da diversão popular de massa torna-se um novo filão artístico em sintonia com a nova lógica do mercado. O cinema, o rádio, a televisão e o jornal passam a produzir em sintonia com a dinâmica do sistema. A arte ganha caráter comercial. De forma de expressão da subjetividade para apreciação pública, torna-se expressão do poder de consumo individual, símbolo de status adquirido. Deixa os limites acadêmicos, se aproxima das massas sob forma de mercadoria e torna-se um conceito regido pelo princípio da instrumentalidade.

## 1 – A MORAL NORTE-AMERICANA REFLETIDA EM UM GRANDE PODER DE INCULCAÇÃO - A PRODUÇÃO DE UMA HEGEMONIA PARA TODO O MUNDO OCIDENTAL

Parafraseando Gramsci, a América, no caso os Estados Unidos, impõem à Europa e ao mundo ocidental uma nova ordem econômico-social, uma nova base material, que determina um novo processo civilizatório e automaticamente um novo tipo de civilização. Mas qual a especificidade da cultura dos Estados Unidos, que permite que de lá parta uma nova lógica produtiva capaz de instituir-se como força hegemônica mundial? Por que esse novo fator de coesão e produtor de uma nova unidade do sistema capitalista nasce nos Estados Unidos e não na Inglaterra ou França berços das revoluções que instituem o capitalismo? Qual a peculiaridade da cultura produzida nos Estados Unidos que permitem a instituição do consentimento como alternativa primeira à coerção? Apesar das limitações impostas a seu processo de produção teórica Gramsci oferece-nos uma boa pista:

A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente basear toda a vida e do país na produção. (GRAMSCI, 1989 P. 381).

Entretanto, para que se possam produzir respostas a questionamentos tão importantes à compreensão da instituição da lógica do capital, um aprofundamento na produção teórica de Aléxis de Tocqueville faz-se fundamental. Os Estados Unidos, berço da hegemonia capitalista mundial, diferentemente da Europa, nasce sob a premissa do princípio democrático, da vontade da maioria, ou da igualdade de direito, fato que para Tocqueville será o divisor de águas para a implementação da hegemonia do capitalismo pelo mundo. Segundo François Furet (1998, P. XVII) no prefácio da obra de Tocqueville, “Assim, a América permite por excelência a análise *in vivo* do princípio democrático em ação: dos riscos que ele faz correr e das vantagens que oferece à liberdade”. Uma sociedade que funda-se tendo por princípio a igualdade de direito, afasta de vez qualquer possibilidade de produção de uma revolução. A História da humanidade tem demonstrado, que sem desigualdades não se produz combustível para revoluções. Tocqueville, de acordo com Furet (1988, P. XL) “(...) encontrou nos Estados Unidos uma democracia pura, vale dizer, conforme ao seu ideal-tipo: tendo sido fundado como tal, a partir de uma matriz religiosa que lhe exaltava os valores, e nunca tendo, portanto, de lutar contra um estado aristocrático

anterior”. A liberdade interpretada como gestão inteligente da crença igualitária, constitui-se no grande elo capaz de garantir a coesão idealizada a partir da Europa, mas obstaculizada pela peculiaridade da cultura política de um continente tão condicionado pelo peso das tradições milenares.

A revolução na Europa não produziu uma democracia, orientada, dirigida, conduzida. A queda da aristocracia na França, por exemplo, representou uma ruptura, uma revolução com a ordem estabelecida, mas a partir daí encontrou enormes dificuldades para instituir uma coesão, fato que impedia o desenvolvimento da unidade, ou da vontade coletiva. De acordo com Tocqueville (1988, P. 4), “Não é apenas a força que assenta um novo governo; são boas leis. Depois do combatente, o legislador. Um destruiu o outro funda”. Os Estados Unidos da América resolveu essa questão com a instituição da democracia. Através do princípio da soberania do povo, produziu-se na ex-colônia inglesa um ordenamento jurídico básico (respeito à propriedade individual, à ordem, à ponderação dos poderes e à liberdade), a partir do qual assegurou-se a condição elementar para o desenvolvimento de um espírito público *sui generis*, a inegociável igualdade de condições. É sob essa premissa que se organiza toda a sociedade norte-americana. Um norte para o governo e para as leis e um princípio que se expressa através de sentimentos, produção de influências, hábitos e costumes. Conforme Tocqueville (1988, P. 11), “O desenvolvimento gradual da igualdade de condições é um fato providencial. Possui suas principais características: é universal, é duradouro, escapa cada dia ao poder humano; todos os acontecimentos, bem como todos os homens, contribuem para ele”. Assim, enquanto a Europa pós-revolução tenta conciliar os homens pela força, os Estados Unidos institui o ciclo de reprodução do capital pela via democrática, ou seja, dispensando o perigoso enfrentamento revolucionário.

No ambiente virgem de modelos sociais, políticos e econômicos dos Estados Unidos, é que vai se experimentar na prática, o que o espírito liberal concebeu para a Europa, mas que não encontrou solo firme, fértil e seguro para sua implementação. Pelas palavras de Tocqueville:

Era ali que os homens civilizados iriam procurar construir a sociedade sobre novos fundamentos e que, aplicando pela primeira vez teorias, até então desconhecidas ou consideradas inaplicáveis, iriam dar ao mundo um espetáculo que a história do passado não o havia preparado. (TOCQUEVILLE, 1988, P. 33)

O terror instituído na Europa pós-revolucionária empurrou para a América um grande contingente de indivíduos com formação invejável e em busca de uma nova espiritualidade de liberdade, e de uma nova sociedade política. Da Inglaterra, fortemente marcada naquele período por intolerâncias religiosas e políticas, parte para os Estados Unidos, uma classe média puritana conservadora e fortemente orientada por princípios bíblicos. O sonho de construir um mundo novo, onde se pudesse educar as futuras gerações dentro dos mais severos princípios do cristianismo e punir de forma rigorosa todos aqueles que ferissem as leis divinas, faziam da América o grande eldorado para uma grande emigração homogênea. Quando faz referência ao caráter da civilização anglo-americana, Tocqueville diz (1988, P. 51) que “(...) Ela é o produto de dois elementos perfeitamente distintos. Estou me referindo ao espírito de *religião e ao espírito de liberdade*”. É essa combinação, que vai agregar um elemento novo ao Estado social, principal produto da

revolução burguesa na Europa. Nos Estados Unidos o Estado social institui a democracia como traço diferenciador fundamental. Elimina-se, portanto, qualquer espécie de direito, aristocrático, inclusive no direito de herança, e em pouco tempo os hábitos e as leis tornam-se a expressão da vontade coletiva, ou da maioria, nos casos de impossibilidade. É o que Tocqueville (1988, P. 297) chamou de onipotência da maioria. “Nos Estados Unidos, a onipotência da maioria, ao mesmo tempo, que favorece o despotismo legal do legislador, favorece também a arbitrariedade do magistrado”. O princípio da soberania do povo é levado às últimas conseqüências e torna-se o critério definidor de todas as instâncias de tomadas de decisões e de todas as esferas de produção do pensamento e exercício da individualidade. Por este princípio, o povo se auto-governa. Faz as leis em nível local, pune os infratores e escolhe em nível nacional os legisladores que se encarregam de fazer as leis mais gerais e para todos. Aquelas que deverão ser administradas por um aparato judicial, e executadas por um governo, temporário, eleito e submisso apenas à vontade popular. É nos Estados Unidos, então, que ganha materialidade um princípio instituído pela invenção de Estado social, mas que na verdade não conseguia torna-se concreto na Europa pós-revolução.

A idéia de convencimento pelo direito é mecanismo eficaz para a produção de uma hegemonia. A adesão pela força pressupõe abdicar da condição humana, ou seja, submissão. O princípio do direito subverte essa lógica, pois produz uma unidade referendada pelo exercício da aceitação do consentimento, do comum acordo. Tocqueville (1988, P. 277) revela: “O Homem que obedece à violência se dobra e se rebaixa; mas quando se submete ao direito de comandar que reconhece o seu semelhante, eleva-se de certa forma acima daquele mesmo que o comanda”.

Uma outra novidade, também instituída pela racionalidade americana, mas não menos fundamental para a instituição da unidade pelo consentimento, como alternativa à coesão pela força, é a lógica que rege administração dos inúmeros mecanismos de produção e difusão dos bens culturais. O controle dos meios de expressão da subjetividade é minuciosamente pensado, de modo a tornar cada indivíduo uma espécie de porta voz ou caixa de ressonância da moral ou da vontade coletiva instituída. Assim o princípio da liberdade de imprensa é garantido, desde que não se dissocie do princípio da soberania do povo. O grande controle do que é divulgado diariamente pela grande imprensa com grande penetração entre o povo, é uma prova incontestada da capacidade destrutiva dos grandes grupos de comunicação. São eles que falam aos espíritos da grande maioria e que, portanto, oferecem grandes riscos à unidade nacional e por isso precisam ser mantidos sobre controle. Sem provocar alarde, quebra de rotina ou intromissão, os jornais promovem, pelas idéias, que produzem, a coesão em torno de uma causa. Controle semelhante também é desenvolvido entre os escritores. As grandes publicações; voltadas para o cidadão comum, apesar da total liberdade de produção; são tuteladas pela mesma tirania da maioria. Os grandes recursos do mercado editorial privilegiam as produções capazes de fazer coro ao pensamento único. As listas de mais vendidos e os rankings de faturamento das publicações, produzidos pelo poderoso mercado editorial se encarregam de estabelecer um forte controle sobre os escritores. Tocqueville evidencia o rigor do processo:

Na América, a maioria traça um círculo formidável em torno do pensamento. Dentro desses limites, o escritor é livre; mas aí dele, se ousar sair! (...) Se a América não tem grandes escritores, é aí que devemos procurar a explicação de

tal fato: não existe gênio literário sem liberdade de espírito, e não há liberdade de espírito na América. TOCQUEVILLE (1988, P. 299 e 300)

A censura não se dá, nos Estados Unidos, pela ação de impedir o pensamento divergente, mas no mecanismo de impedir que sequer produzam-se pensamentos divergentes.

Outro forte mecanismo de censura velada da sociedade dos Estados Unidos é sua herança cristã. Através da religião produz-se a homogeneização dos costumes no país. O espírito protestante que acompanha seu povo, desde a forçosa imigração da Inglaterra, assegura a unidade do país, pela adesão da família a costumes de grande força simbólica e sujeição do Estado a um forte espírito conservador. Para Tocqueville (1988, P. 343) “Assim, pois, ao mesmo tempo que a lei permite ao povo americano fazer tudo, a religião impede-o de conceber tudo e proibi-lhe de tudo ousar”. A coesão social é promovida pela crença individual, que produz um conjunto de dogmas solidamente instituídos.

Portanto, pelo que revela o minucioso trabalho de Aléxis Tocqueville, os Estados Unidos representa para a Europa o novo, no que se refere à concepção de Estado social. A construção do país representa o nascimento de sentimentos e opiniões novas em relação à Europa. Uma nova sociedade civil e um novo mundo político. Uma experiência concreta de sociedade que desenvolvera uma cultura política com força para instituir o controle da vontade coletiva pelo convencimento. Um poderoso mecanismo que torna a coesão pela força alternativa última, e até aceita no caso de risco à unidade, ou seja, em circunstâncias de questionamento da ordem instituída democraticamente pelas leis e pelos costumes. Portanto, os Estados Unidos da América sintetiza, em essência, o que a produção teórica gramsciana definiu como hegemonia capitalista. Não por acaso o país revela-se o coração e o cerne da força do capitalismo mundial. A concepção de mundo, ou a cultura política, ali produzida representam um norte para todo o ocidente. De lá partem as diretrizes para as relações de produção, consumo e circulação para todo o mundo moderno e a força coesiva simbólica (vontade coletiva) que promove a aglutinação necessária à efetivação do projeto liberal burguês, idealizado pela dupla revolução europeia. Uma série de construções modernas como: *igualdade de oportunidade, formação para o mercado de trabalho, respeito à propriedade, hierarquia no processo produtivo, submissão máxima ao estado democrático de direito, formação para a cidadania, promoção de competências, liberdade total à promoção do talento* e uma infinidade de outros conceitos do projeto racional burguês, representam uma espécie de concepção de mundo produzida a partir da matriz norte-americana, que se dissemina pelo globo terrestre em forma de princípios inquestionáveis. Uma concepção dotada de uma força tal, que produz a sensação de ser inerente à gênese ontológica do ser social. Uma espécie de premissa a partir da qual todos devem orientar qualquer de suas possibilidades de ação. Um trecho longo da compreensão de Chauí sobre a categoria hegemonia, desenvolvida por Gramsci, revela o que a realidade opaciza ou como essa lógica se reproduz:

(...) *hegemonia é sinônimo de cultura em sentido amplo* (...) Como cultura em sentido, a hegemonia determina o modo como os sujeitos sociais se representam a si mesmos e uns aos outros, o modo como interpretam os acontecimentos, o espaço, o trabalho e o lazer, a dominação e a liberdade, o possível e o impossível, a necessidade contingente, o sagrado e o profano, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, as relações com a natureza, as instituições sociais (religião, família, vestuário, culinária, medicina, habitação, etc) e



políticas (Estado, movimentos, associações, partidos, etc), bem como a cultura em sentido restrito (as obras de arte e de pensamento) em uma experiência vivida ou mesmo refletida, global e englobante, cujas balizas invisíveis são fincadas no solo histórico pela classe dominante de uma sociedade. (CHAUÍ, 2006, P 22)

## 2 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert, As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAUÍ, Marilena, Sobre o nacional e o popular na cultura. In Cidadania cultura: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2006;

GRAMSCI, A, Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978

\_\_\_\_\_, Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David, A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBSBAWN, Eric, Era dos extremos: O breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

\_\_\_\_\_, A era das revoluções, 1789 – 1848, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_, A era do capital, (1848 – 1875), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MESZÁRÓS, Istvan, Para além do capital, São Paulo: Boitempo, 2002

THOMPSON, E. P, As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. (org.) NEGRO, Antônio Luigi e Silva, Sérgio. Campinas: Editora Unicamp; 2001

TOCQUEVILLE, Aléxis de, Democracia na América: Leis e costumes: de certas e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_, A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos – São Paulo: Martins Fontes, 2000.